



## PREGÃO ELETRÔNICO nº 19/2012

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 6ª REGIÃO

Processo TRT6 nº 041/2012

<b>SETOR</b>	COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – CLC
<b>BASE LEGAL</b>	Leis nºs 10.520/2002 e 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006, Decretos nºs 6.204/2007 e 5.450/2005 e IN nº 103/2007.
<b>TIPO</b>	<b>MENOR PREÇO</b>
<b>OBJETO</b>	Aquisição de termovisor portátil a ser utilizado nas inspeções técnicas dos sistemas elétricos do TRT 6ª Região

**ENCERRAMENTO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DAS PROPOSTAS:** às 10 horas do dia 29 de maio de 2012.

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** dia 29 de maio de 2012 às 14 horas.

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.

**RETIRADA DO EDITAL:** portal do TRT 6ª Região: [www.trt6.jus.br](http://www.trt6.jus.br) (links: Transparência – Contas Públicas – Licitações – Licitações em Andamento) ou portal do BANCO DO BRASIL: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)

**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:** através do e-mail: [cpl@trt6.jus.br](mailto:cpl@trt6.jus.br);

**ENDEREÇO:** Tribunal Regional do Trabalho – 6ª Região – Coordenadoria de Licitações e Contratos – CLC, Cais do Apolo, 739 – 3º andar, Bairro do Recife – Recife/PE CEP.: 50.030-902. **Fones:** (81) 3225.3445 / 3225.3447 e **FAX:** (81) 3225.3448

**LOCAL de realização do pregão eletrônico:**

**PORTAL BANCO DO BRASIL:** [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)

Acompanhe esta licitação e seus atos na internet pelo portal  
[www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)

Retire o edital gratuitamente pelos portais  
[www.trt6.jus.br](http://www.trt6.jus.br) e [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 6ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**  
Cais do Apolo, 739 – 3º andar – Recife/PE – CEP: 50.030-902  
Fones: (81) 3225-3445 / 3225-3447 – FAX: (81) 3225.3448

## **PREGÃO ELETRÔNICO TRT6 nº 19/2012**

Processo nº 041/2012.

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 6ª REGIÃO, situado no endereço em epígrafe, mediante a Pregoeira designada por meio da Portaria nº TRT–GP nº 24/2012, de 24/04/2012, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará **PREGÃO**, por meio de sistema eletrônico, do tipo **MENOR PREÇO**, regido pelas Leis nºs 10.520/2002 e 8.666/1993, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos nºs 6.204/2007 e 5.450/2005 e IN nº 103/2007 e pelas demais normas vigentes e, consoante as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, conduzido pelo pregoeiro, com o auxílio dos membros da equipe de apoio, previamente credenciados no aplicativo "Licitações-e", constante da página eletrônica do Banco do Brasil S.A. ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)), cujo monitoramento e inserção de dados gerados ou transferidos utilizam recursos de criptografia e autenticação que garantem condições de segurança em todas as etapas do certame.

A sessão de **abertura de propostas** ocorrerá no **dia 29/05/2012 às 10 horas**, fixando-se, ainda, esse mesmo dia, às **14 horas** para a **sessão de lances**.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

Os participantes deste Pregão terão como referencial de tempo obrigatoriamente o horário de Brasília /DF.

### **1.0 – DO OBJETO**

**1.1** – O objeto desta licitação consiste na aquisição de um (01) TERMOVISOR portátil para ser utilizado em inspeções técnicas nos sistemas elétricos de alta e baixa tensão (subestações, grupo geradores, equipamentos de informática, sistemas de refrigeração (chiller, condicionadores de ar split e janela, elevadores, construção civil: infiltrações de águas) dos prédios deste Regional, conforme Anexo I deste edital (Termo de Referência).

**1.2** – Integram este edital os seguintes anexos:

- Anexo I** Termo de Referência
- Anexo II** Exigências para Habilitação
- Anexo III** Modelo de Proposta de Preços
- Anexo IV** Modelo da Declaração do cumprimento ao Art.27, inc. V da Lei 8.666/93
- Anexo V** Modelo de declaração de fato impeditivo da habilitação
- Anexo VI** Modelo de Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

## **2.0 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1** – Poderão participar neste Pregão empresas que:

**2.1.1** – exerçam atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

**2.1.2** – atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste edital; e

**2.1.3** – comprovem possuir os documentos de habilitação exigidos no Anexo II deste Edital.

**2.2** – Não poderão participar neste Pregão empresas:

**2.2.1** – suspensas de participar de licitação realizada pelo Tribunal Regional do Trabalho – 6ª Região;

**2.2.2** – declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

**2.2.3** – estrangeiras que não funcionem no país;

**2.2.4** – que tenham funcionário ou membro da Administração do Tribunal Regional do Trabalho – 6ª Região, mesmo subcontratado, como dirigente, acionista detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, controlador ou responsável técnico;

**2.2.5** – concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação ou em recuperação judicial;

**2.2.6** – que possuam em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou com menos de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos (Inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal);

**2.2.7** – sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum; e

**2.2.8** – em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

### **3.0 – DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**

**3.1** – Qualquer pessoa até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública poderá solicitar esclarecimentos referentes ao processo licitatório.

**3.2** – Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro exclusivamente por meio eletrônico via internet, através do e-mail [cpl@trt6.jus.br](mailto:cpl@trt6.jus.br).

### **4.0 – DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

**4.1** – O certame será conduzido pelo pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

**4.1.1** – coordenar o processo licitatório;

**4.1.2** – receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;

**4.1.3** – conduzir a sessão pública na internet;

**4.1.4** – verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

**4.1.5** – dirigir a etapa de lances;

**4.1.6** – verificar e julgar as condições de habilitação;

**4.1.7** – receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

**4.1.8** – indicar o vencedor do certame;

**4.1.9** – adjudicar o objeto quando não houver recurso;

**4.1.10** – conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

**4.1.11** – encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

### **5.0 – DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO “LICITACOES-E” DO BANCO DO BRASIL S.A.**

**5.1** – Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, obtidas nas Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País.

**5.1.1** – A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), opção "Acesso Identificado".

**5.2** – A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco, devidamente justificada.

**5.3** – As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no *licitações-e*.

**5.4** – Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

**5.5** – É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao TRT 6ª Região ou ao Banco do Brasil S.A. a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**5.6** – O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**5.7** – É de inteira e exclusiva responsabilidade do pretense licitante o acesso à senha, aos dados, à chave de identificação, bem como o envio das propostas até a data e horário limite para o acolhimento.

## **6.0 – DA PARTICIPAÇÃO**

**6.1** – A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), opção “Acesso Identificado”, observando datas e horários limites estabelecidos.

**6.2** – Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**6.3** – Caberá ao fornecedor toda diligência necessária no momento do cadastramento de sua proposta, sobretudo no tocante a antecedência necessária em relação a data prevista para abertura das propostas.

**6.3.1** – Caberá, ainda, ao licitante, em caso de intercorrências no sistema, direcionar sua ocorrência, em tempo hábil, ao suporte técnico do Banco do Brasil por meio dos telefones **3003-0500** (capitais e regiões metropolitanas) e **0800-729-0500** (demais localidades).

**6.3.2** – Não serão consideradas quaisquer reclamações posteriores, inclusive pedido de desistência de propostas, decorrentes da não observância do disposto nos subitens acima.

**6.4** – Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**6.4.1** – Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

## **7.0 – DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS DE PREÇOS**

**7.1** – O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital e seus anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**7.2** – Ao apresentar sua proposta e ao formular lances, o licitante concorda especificamente que objeto cotado deverá atender a todas as especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital.

**7.3** – A proposta cadastrada no campo próprio do sistema ([www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)) deverá conter:

**7.3.1** – Valor global do item, expressos em moeda corrente nacional (R\$ - Real).

**7.3.1.1** – Considerar-se-ão inclusas nos preços apresentados todas as despesas necessárias ao pleno cumprimento do objeto contratado, além de todos os tributos e encargos incidentes, enfim, todas as despesas inerentes ao atendimento das condições contidas neste edital e proposta de preço.

**7.3.2** – A indicação da **marca, modelo referência e/ou fabricante do material** de cada item cotado.

**7.3.3** – Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data marcada para abertura do certame.

**7.3.4** – Prazo de entrega: máximo de 15 (quinze) dias corridos a contar do recebimento da nota de empenho.

**7.3.5** – Prazo de garantia: mínimo de 01 (um) ano a contar do recebimento definitivo, contra defeito de fabricação.

**7.4** – É facultada a inclusão de anexo (arquivo) no campo próprio do sistema eletrônico, sendo **vedada a identificação do licitante**.

**7.4.1** – O arquivo deverá ser anexado, quando for o caso, no formato PDF, ou desenvolvido na versão Office 2003.

**7.4.1.1** – A não observância do disposto no subitem acima **poderá acarretar** a desconsideração do referido anexo.

**7.4.2** – Qualquer elemento, tais como: número de telefone/fax, endereço de email, timbres, logomarca, número do CNPJ etc., que possa identificar o licitante importa a desclassificação da proposta.

**7.5** – A omissão na proposta de preços do previsto nos **subitens 7.3.1 e 7.3.2** implicará a **desclassificação da proposta**, sempre que impossibilitar o exame de conformidade do objeto.

**7.6** – A omissão dos prazos indicados nos **subitens 7.3.3 a 7.3.5** não implicará a desclassificação da proposta, mas a **aceitação tácita dos prazos indicados** nestes subitens.

**7.7** – Após a abertura da sessão pública, a proposta apresentada não poderá sofrer quaisquer retificações (ressalvada a hipótese de alteração de preço resultante de lance).

**7.8** – A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**7.9** – O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

## **8.0 – DA ABERTURA DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS DE PREÇOS**

**8.1** – A partir do horário previsto no edital, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo site já indicado no subitem 6.1.

**8.2** – A presente licitação classifica-se pelo critério de **MENOR PREÇO**, desde que atendidas as especificações constantes neste Pregão.

**8.3** – Será verificada a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, sendo desclassificadas pelo pregoeiro as que estiverem em desacordo.

**8.3.1** – Será desclassificada a proposta que:

**8.3.1.1** – apresentar defeito capaz de dificultar o julgamento;

**8.3.1.2** – contrariar disposição constante deste Edital ou das normas legais previstas no preâmbulo deste instrumento convocatório;

**8.3.1.3** – prever majoração do preço cotado em razão de expectativa inflacionária ou variação cambial;

**8.3.1.4** – apresentar uma segunda opção ou custo adicional;

**8.3.1.5** – houver identificação do licitante, até a conclusão da sessão de lances.

**8.3.1.6** – for reprovada pela análise técnica fundamentada da Coordenadoria de Engenharia de Manutenção deste TRT.

**8.4** – Após a fase de classificação não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente, e aceito pelo pregoeiro.

**8.5** – Não havendo lances ou em qualquer outra situação, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado pela Administração para a contratação.

## **9.0 – DOS LANCES**

**9.1** – No horário previsto no edital, terá início a sessão de disputa de preços entre os licitantes classificados pelo pregoeiro.

**9.1.1** – Os lances deverão ser oferecidos pelo **PREÇO TOTAL DO ITEM**.

**9.2** – Os licitantes classificados deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**9.2.1** – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

**9.2.2** – O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**9.2.3** – Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

**9.3** – Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

**9.4** – O tempo normal da etapa de lances será encerrado, a critério do pregoeiro, mediante encaminhamento de aviso de fechamento dos lances e subsequente transcurso do prazo de até 30 (trinta) minutos aleatoriamente, findo o qual estará encerrada definitivamente a recepção de lances.

**9.5** – Após a fase de lances, o procedimento de “empate” será detectado automaticamente pelo sistema. Se a proposta melhor classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

**9.5.1** – a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá, no prazo de 05 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

**9.5.2** – não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 9.5, a seguir, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**9.5.3** – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no limite estabelecido no subitem 9.5, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

**9.5.4** – o licitante enquadrado nos termos do subitem 9.5 deverá remeter a declaração constante no Anexo VI do edital da mesma forma e no mesmo prazo do subitem 10.6 a seguir. O Pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte.

**9.5.4.1** – Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**9.6** – Finda a etapa de lances, será imediatamente informada a proposta de menor preço.

## **10.0 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**10.1** – O pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de **MENOR PREÇO**, podendo encaminhar pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

**10.1.1** – O limite de preços que serve de parâmetro para a aceitabilidade da(s) proposta(s), inclusive quanto aos valores unitários para cada item, é parte integrante do termo de referência (anexo I deste edital).

**10.2** – É facultado ao pregoeiro, solicitar ao licitante melhor classificado (ARREMATANTE), a apresentação dos documentos a seguir elencados para verificação da conformidade do produto ofertado com as especificações exigidas no edital, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de desclassificação da proposta:

**10.2.1** – Catálogos, folders ou documento oficial do fabricante que comprovem as características mínimas do bem ofertado.

**10.2.2** – Comprovação de assistência técnica no Brasil.

**10.3** – Se a proposta ou lance de menor valor, não for aceitável, ou se o licitante desatender as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

**10.3.1** – Ocorrendo a situação a que se refere o subitem anterior, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor para este TRT 6ª Região.

**10.4** – O licitante que ofertou o melhor lance deverá remeter, imediatamente, preferencialmente via correio eletrônico: [cpl@trt6.jus.br](mailto:cpl@trt6.jus.br) ou pelo FAX: (81) 3225-3448, com posterior encaminhamento dos originais ou cópias autenticadas, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, sob pena de desclassificação:

**10.4.1** – Proposta adequada ao menor valor obtido na sessão virtual de lances, contendo a descrição dos itens e todas as especificações mínimas exigidas.

**10.4.2** – Dados cadastrais bancários (código e nome do banco e da agência, cidade e unidade federativa, número da conta).

**10.4.2.1** – A conta indicada deve estar vinculada ao número de CNPJ (ou CPF) constante nos documentos juntados aos autos por ocasião da habilitação.

**10.4.3** – Endereço e número(s) de telefone(s) e fac-símile do escritório.

**10.4.4** – Nome completo do representante para contato.

**10.4.5** – Dados do representante legal da empresa ou do profissional que assinará a ata de registro de preços: nome completo, número do RG e identificação do órgão expedidor; número do CPF; endereço residencial.

## **11.0 – DA HABILITAÇÃO**

**11.1** – Encerrada a etapa de lances, examinada a aceitabilidade da melhor proposta, o Pregoeiro efetuará consultas ao SICAF para comprovar a regularidade da habilitação do licitante, ocasião em que será verificado o cumprimento das demais exigências para habilitação.

**11.1.1** – Para habilitar-se ao certame a empresa deverá apresentar documentos relativos à habilitação Jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômica e financeira, qualificação técnica (se exigível) e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, todos relacionados no **ANEXO II** deste edital.

**11.2** – Os documentos relativos aos requisitos de habilitação porventura não compreendidos no SICAF deverão ser remetidos imediatamente, preferencialmente, via correio eletrônico: [cpl@trt6.jus.br](mailto:cpl@trt6.jus.br) ou pelo FAX: (81) 3225-3448, com o posterior

encaminhamento do original, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da data da sessão de disputa de preços, sob pena de inabilitação.

**11.3** – Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor e, não havendo manifestação da intenção de recorrer, ser-lhe-á adjudicado o respectivo objeto.

**11.4** – Se o adjudicatário não apresentar situação regular no ato do recebimento da Nota de Empenho estará sujeito às penalidades previstas no item 22.0. Neste Caso, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente e a habilitação do respectivo proponente, sucessivamente, observada a ordem de classificação, até encontrar uma que atenda ao edital de licitação, quando procederá às negociações para redução do preço ofertado.

## **12.0 – DA HOMOLOGAÇÃO**

**12.1** – Não sendo interposto recurso, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto ao licitante vencedor, submetendo-o à homologação.

**12.2** – Havendo recurso e reconhecida a regularidade dos atos praticados, a Presidência deste Tribunal adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

## **13.0 – DA CONTRATAÇÃO**

**17.1** – Será contratada a empresa classificada cuja proposta tenha sido homologada pela Administração.

**17.2** – Será gestor do presente contrato o Coordenador de Engenharia de Manutenção – CEMA e, nas suas ausências legais e regulamentares, o seu substituto legal, cabendo-lhes as atribuições e responsabilidades do art. 67 da Lei nº. 8.666/93, sem prejuízo das sanções administrativas e penais cabíveis.

## **18.0 – DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS BENS**

**18.1** – Entregar o produto ao Chefe da Seção de Bens de Consumo da Coordenadoria de Material do Contratante, localizado no Cais do Apolo, 617, Bairro do Recife, no horário previamente combinado pelo telefone (81) 3224-6169, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

**18.3** – Fazer acompanhar, quando da entrega dos materiais, a respectiva nota fiscal, na qual deve haver referência ao processo licitatório: proc. nº 41/2012 e a respectiva Nota de Empenho da despesa, na qual deverá constar o objeto do presente contrato com seus valores correspondentes.

**18.4** – Compete à empresa contratada efetuar a entrega do material de acordo com as condições e prazos propostos, bem como reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da

notificação para tal. Será recusado o material que apresentar defeito ou cujas especificações não atendam às descrições do objeto licitado.

**18.5** – O recebimento será considerado provisório até a verificação da conformidade do produto entregue com as especificações do objeto licitado, a qual será realizada em até 05 (cinco) dias úteis. Só então será atestada a Nota Fiscal (recebimento definitivo).

**18.5.1** – No prazo supramencionado, serão recusados os produtos que apresentarem defeitos ou cujas especificações não atendam à descrição do objeto licitado.

**18.5.2** – A recusa no recebimento do objeto, subitem anterior, não suspende a contagem do prazo determinado no subitem 18.1.

**18.6** – Se o licitante vencedor deixar de entregar o objeto contratado, a Administração poderá rescindir o contrato e convocar as empresas licitantes remanescentes para fazê-lo, obedecida a ordem de classificação e examinada a aceitabilidade das propostas (quanto ao objeto e ao valor), podendo ainda, nessa fase, o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtida uma proposta mais vantajosa (de menor preço).

## **19.0 – DO PAGAMENTO**

**19.1** – O pagamento será efetuado à empresa contratada pela Secretaria de Orçamento e Finanças deste Tribunal, em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal devidamente atestada, mediante Ordem Bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de Ordem Bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas.

**19.1.1** – O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de Ordem Bancária, será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

**19.1.2** – De acordo com as normas do Tesouro Nacional a ordem bancária terá sua compensação em até 02 (dois) dias úteis.

**19.1.3** – Os Gestores do contrato atestarão as notas fiscais em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de entrega, com ou sem ressalva. A nota fiscal atestada sem ressalva deverá ser remetida à SOF, que terá um prazo de até 05 (cinco) dias úteis para fazer o pagamento.

**19.1.4** – Caso a nota fiscal seja atestada com ressalva de que ocorreu fato passível de aplicação de penalidade contratual, a CONTRATADA, após a ciência do fato, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para sanar o ocorrido, devendo o devido gestor, decorrido este período, encaminhar o processo à Administração para as medidas cabíveis.

**19.2** – De acordo com as Leis nº 9.430/96 e nº 9.718/98 (bem como as Instruções Normativas a elas referentes), no ato da quitação serão retidos na fonte, para posterior

repassa ao Tesouro Nacional, os seguintes tributos e contribuições federais: IRPJ, CSLL, COFINS e PIS/PASEP.

**19.2.1** – O respectivo DARF ficará à disposição do interessado.

**19.2.2** – Caso a empresa contratada seja optante pelo SIMPLES, não haverá retenção, devendo a empresa apresentar, junto com a Nota Fiscal, cópia autenticada do Termo de Opção ou Ficha Cadastral de Pessoa Jurídica onde conste a opção (empresas constituídas a partir de JAN/ 1997).

**19.3** – Caso o contratante ultrapasse o prazo estipulado para pagamento, e desde que tenha dado causa ao atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida por este TRT 6ª Região, entre o prazo acima referido e a data correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP,$$

onde:

EM = Encargos moratórios;

N = N° de dias entre a data prevista p/ pagtº e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira (= 0,0001644), assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

## **20.0 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**20.1** – A despesa correspondente ao objeto licitado tem por classificação: Elemento de Despesa: 4490.52.04 (Aparelhos de Medição e Orientação) e Programa de Trabalho: 02.061.0571.4256.0001 (Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho) do orçamento deste TRT 6ª Região.

## **21.0 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS RECURSOS**

**21.1** – Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico.

**21.2** – Após a declaração do vencedor, desde que no curso na sessão de lances, o Pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos durante o qual qualquer licitante inconformado com a decisão do pregoeiro deverá registrar, de imediato, em campo próprio do sistema, os motivos de sua intenção de recorrer, sob pena de decadência, sendo-lhe, então, concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões do recurso. Os interessados ficam, desde logo, intimados para apresentarem contra-razões em igual prazo, contados do término do prazo do recorrente.

**21.2.1** – Na impossibilidade de conclusão do certame no curso da própria sessão de lances, o Pregoeiro concederá posteriormente, quando da declaração de vencedor, prazo não inferior a 24 (vinte e quatro) horas, para o registro em

campo próprio do sistema dos motivos da intenção de recurso, procedendo-se a partir de então conforme disposição do 21.2 deste edital.

**21.3** – Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

**21.4** – As razões e contra-razões de recurso deverão ser dirigidas ao Pregoeiro no endereço da sede do Tribunal Regional do Trabalho – 6ª Região, localizado no Cais do Apolo, 739, 3º andar – Bairro do Recife - Recife/PE (Coordenação de Licitações e Contratos), em dias úteis, no horário de 08 às 17 horas, o qual deverá receber, examinar, decidir e, conforme o caso, submetê-las a autoridade competente que decidirá sobre a pertinência.

## **22.0 – DAS PENALIDADES**

**22.1** – A empresa que não mantiver a proposta ou não entregar o objeto cotado (desde que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta), que apresentar documentação falsa, que atrasar a entrega, que falhar ou fraudar a execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou que cometer fraude fiscal sujeitar-se-á às penalidades previstas no art. 28 do Decreto nº 5.450/05, neste edital e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93.

**22.2** – A multa por inexecução total do contrato será de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado.

**22.3** – Em se tratando de inexecução parcial do contrato, observar-se á:

**22.3.1** – Quando do não adimplemento do restante da obrigação, a multa aplicada será de 10% (dez por cento), de forma proporcional à parte inexecutada.

**22.3.2** – Quando se tratar de atraso na execução do contrato, na entrega de documentos solicitados pelo CONTRATANTE ou qualquer outro descumprimento de cláusula contratual, a multa aplicada será de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia sobre o valor total do contrato até o cumprimento da obrigação principal, a entrega da documentação exigida ou o restabelecimento das condições contratuais, respeitado o limite de 5% (cinco por cento) desse valor e aplicando-se também o disposto no subitem 22.3.1, caso o inadimplemento contratual persista em relação ao mesmo fato.

**22.4** – O valor da multa deverá ser recolhido diretamente à União e apresentado comprovante à Seção Financeira da Secretaria de Orçamento e Finanças deste Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação; ou pode ser abatido do pagamento a que a empresa Contratada fizer jus ou será cobrada judicialmente, nos termos do § 1º do art. 87 da Lei 8.666/93.

**22.5** – A aplicação da multa a que se referem os itens 22.2 e 22.3 deste edital não exclui a possibilidade de a Administração rescindir o contrato ou aplicar a suspensão

do direito de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos; sem prejuízo das demais cominações legais.

### **23.0 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**23.1** – É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta ou documentação.

**23.2** – Esta licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Administração do TRT da 6ª Região, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

**23.3** – Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o TRT – 6ª Região não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**23.4** – O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a anulação da Nota de Empenho, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**23.5** – Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expedientes neste Regional.

**23.6** – Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

**23.7** – O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

**23.8** – As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

**23.9** – Em caso de divergência entre os anexos e o Edital, prevalecerá a redação do instrumento convocatório.

**23.10** – O edital encontra-se disponível nos “sites” [www.trt6.jus.br](http://www.trt6.jus.br) e [www.licitacoes.com.br](http://www.licitacoes.com.br), bem como poderá ser retirado na Coordenadoria de Licitações e Contratos deste TRT, situada no Cais do Apolo, 739 - 3º andar - Bairro do Recife, no horário de 8 às 17 horas.

**23.11** – Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes da legislação citada neste edital.

**23.12** – Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Recife, Secção Judiciária de Pernambuco para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital.

Recife (PE), 15 de maio de 2012.

MARIA HÉLIA AQUINO DUARTE  
Pregoeira – Port. TRT-GP nº 24/2012

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

**PROCESSO N°041/2012**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N°019/2012**

#### 1.0 – OBJETO

1.1 – O objeto da presente termo consiste na aquisição de um (01) TERMOVISOR portátil para ser utilizado em inspeções técnicas nos Sistemas Elétricos de Alta e Baixa Tensão (Subestações, Grupo Geradores, Equipamentos de Informática, Sistemas de Refrigeração (Chiller, Condicionadores de Ar Split e Janela, Elevadores, Construção Civil: infiltrações de águas) dos prédios do TRT 6ª Região.

#### 2.0 – ESPECIFICAÇÕES/ESTIMATIVA

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	PREÇO TOTAL (R\$)
01	Termovisor portátil, conforme especificações técnicas constantes no Anexo I deste Termo.	01	21.952,67

#### 3.0 – JUSTIFICATIVA

3.1 – Equipamento necessário para realização de serviços de Inspeção Termográfica nos Sistemas Elétricos do TRT 6ª Região, possibilitando a aplicação da mais avançada tecnologia da Manutenção Preditiva para detectar anomalias elétricas com as finalidades de prevenir curtos circuitos, desgastes de equipamentos elétricos e minimizar a possibilidade de incêndio devido às instalações elétricas.

3.2 – A utilização do equipamento irá prever a ocorrência de uma falha ou degradação, determinar, antecipadamente, a necessidade de correção em uma peça específica, eliminar as desmontagens desnecessárias para inspeção, aumentar o tempo de disponibilidade dos equipamentos para operação, reduzir o trabalho de emergência e urgência não planejada, aproveitar a vida útil total de cada componente e de um equipamento, aumentar o grau de confiança no desempenho de um equipamento e de seus componentes, determinar, previamente as interrupções para cuidar dos equipamentos e reduzir os custos de manutenção.

#### 4.0 – CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO/JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

4.1 – A proposta de preço deverá conter obrigatoriamente a descrição do item cotado, indicando a marca, modelo e/ou fabricante do material ofertado e ainda todas as especificações mínimas exigidas;

4.2 – É facultada a solicitação da apresentação dos documentos a seguir, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de desclassificação do licitante no referido item:

4.2.1. Catálogos, folders ou documento oficial do fabricante que comprovem as características mínimas do(s) bem(ns) ofertado(s).

4.2.2. Comprovação de assistência técnica no Brasil.

4.3 – Prazo de garantia: mínimo de 01 (um) ano a contar do recebimento definitivo.

4.4 – Prazo de entrega: máximo de 15 (quinze) dias corridos a contar do recebimento da nota de empenho.

4.5 – A omissão na proposta de preços dos prazos indicados nos subitens 4.3. e 4.4., não implicará na desclassificação da proposta, mas a aceitação tácita dos prazos neles indicados.

## **5.0 – DEVERES DA CONTRATADA**

5.1 – Entregar o bem ora licitado ao Chefe da Seção de Bens Permanentes da Coordenadoria de Material do Contratante, localizada no Cais do Apolo, 617 – Bairro do Recife – Recife/PE, Tel.: (81) 3424-6954, no horário de 08:00 às 14:00 horas, sem custo adicional, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a contar do recebimento da nota de empenho.

5.1.1 – O recebimento será considerado provisório até a verificação da conformidade do produto entregue com as especificações do objeto licitado, a qual será realizada em até 05 (cinco) dias úteis pelo Gestor do Contrato. Só então será atestada a nota fiscal (recebimento definitivo).

5.2 – Comunicar ao Contratante, por meio do Gestor do Contrato, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, a data efetiva da entrega do bem.

5.3 – Fazer acompanhar, quando da entrega do bem, a respectiva NOTA FISCAL, na qual deve haver referência ao processo licitatório e a nota de empenho da despesa, na qual deverá constar o objeto do presente contrato com seus valores correspondentes.

5.4 – Compete à empresa contratada efetuar a entrega do material de acordo com as condições e prazos propostos, bem como reparar, remover ou substituir, às suas expensas, o material em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a contar da notificação para tal. Será recusado o objeto que apresentar defeito ou cuja especificação não atenda às descrições do objeto licitado.

5.5 – Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, quaisquer alterações havidas no contrato social e outros dados da Contratada, tais como endereços, telefones e nome de representantes, durante o prazo de vigência do contrato, bem como apresentar os documentos comprobatórios da nova situação.

5.6 – Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.

## **6.0 – DEVERES DO CONTRATANTE**

6.1 – Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

6.2 – Manter local disponível para o recebimento do bem.

6.3 – Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações e quantidades, rejeitando se não estiver de acordo, por meio de notificação à contratada.

6.4 – Efetuar o pagamento à Contratada na forma e nos prazos previstos no Edital, após o cumprimento das formalidades legais.

6.5 – Fornecer atestados de capacidade técnica, quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

## **7.0 – PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO**

7.1 – Será gestor do contrato o Coordenador de Engenharia de Manutenção do TRT, e, nas suas ausências legais e regulamentares, o seu substituto legal, cabendo-lhe as atribuições e responsabilidades do art. 67 da Lei nº 8.666/93 atualizada, sem prejuízo das sanções administrativas e penais cabíveis.

7.2 – O Gestor do contrato será auxiliado diretamente pelo Apoio Técnico Especializado da Seção de Manutenção do Contratante.

## **8.0 – SANÇÕES**

8.1 – Se o Adjudicatário convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não apresentar situação regular no ato do recebimento da nota empenho, estará sujeito às penalidades previstas no edital de licitação.

## **9.0 – DA ENTREGA**

9.1 – O produto deverá ser entregues pela empresa contratada ao Chefe da Seção de Bens de Consumo da Coordenadoria de Material (localizada no Cais do Apolo, 617 – Bairro do Recife – Recife – PE), sem custo adicional, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento da nota de empenho.

9.1.1 – O recebimento será considerado provisório até a verificação da conformidade do produto entregue com as especificações do objeto licitado, a qual será realizada em até 05 (cinco) dias úteis. Só então será atestada a nota fiscal (recebimento definitivo).

## **10.0 – DOS ANEXOS**

### **10.1 – ANEXO I: CARACTERÍSTICAS/ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

## **11.0 – DO ORÇAMENTO**

11.1 – As despesas correspondentes ao objeto a ser licitado têm por classificação: elemento 4490.52.04 – Aparelhos de Medição e orientação e Programa de trabalho: 02.061.0571.4256.0001 – Apreciação de Causas na Justiça do trabalho, do orçamento deste TRT 6ª Região.

**Recife, 18 de abril de 2012.**

---

**DAYSE MARIA MEDEIROS CUNHA**  
CHEFE DA SEÇÃO DE COMPRAS-SLC

DE ACORDO:

RECIFE, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

---

**BENUVAL FIGUEIRA COSTA FILHO**  
COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO

### **ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA: CARACTERÍSTICAS / ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

- 1.1. Foco: manual.
- 1.2. Frequência de imagem: 60 Hz.
- 1.3. Campo de visão / distância min. de foco: 25° x 19° / 0,4 m.
- 1.4. Faixa espectral: 7,5 a 13 µm.
- 1.5. Correção de medições: Emissividade, temperatura refletida, temperatura ambiente, umidade relativa, distância .
- 1.6. Visor colorido de alta resolução LCD de 3,5" (ou maior).
- 1.7. Mira a laser.
- 1.8. Tela Touchscreen.
- 1.9. Sensibilidade Térmica até 0,05° C @ 25° C.
- 1.10. Faixa de Medição de Temperatura: -10° C (ou menor) a 250° C (ou maior).
- 1.11. Resolução: 240 x 180 (43.200 pixels) (ou maior).
- 1.12. Comunicação via Bluetooth.

- 1.13. Conectividade Wi-Fi – Envia imagens e dados para dispositivos móveis (Iphone; iPad e iPod ).
- 1.14. Bateria Recarregável de íon de Lítio com duração no mínimo de até 4 horas contínuas (ou maior) com opcional de uso de pilhas comuns.
- 1.19. Sistemas de carregamento: fonte AC, 220 V, 60 Hz, com opção de carregar no instrumento ou no carregador.
- 1.16. Zoom de 4 X (ou maior).
- 1.17. Câmara Digital embutida com resolução de 3,1 MP (ou maior).
- 1.18. Armazenamento de imagens: > 1000 imagens JPEG radiométricas (no cartão SD de Memória incluso).
- 1.19. Grau de Proteção IP 54 ( Proteção contra água e poeira).
- 1.20. Lâmpada de iluminação: LED de alto brilho.
- 1.21. Manual do usuário em Português.
- 1.22. Fusão PICTURE IN PICTURE (PIP) – Exibe a imagem térmica sobreposta à imagem visual correspondente.
- 1.23. Precisão de + - 2 % ou 2 ° C.
- 1.24. CD de treinamento de utilização do termovisor.
- 1.25. Controles: Seletor de modo, paletas de cores, informação exibida na tela, unidades de medida, Idiomas, formatos de data/hora e galeria de imagens.
- 1.26. Software profissional de análise, incluso, para transferência dos dados (imagens) compatível com WINDOWS XP WINDOWS 7, WINDOWS VISTA.
- 1.27. Faixa de temperatura de operação: - 10 ° C (ou menor) a 50° C (ou maior).
- 1.28. Faixa de temperatura de armazenagem: - 20 ° C (ou menor) a 60° C (ou maior).
- 1.29. Cabo USB.
- 1.30. Alça de mão.
- 1.31. Protetor de lente.
- 1.32. Mala rígida para transporte.

## **ANEXO II**

### **EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO**

**1.0** – Para se habilitar ao certame, a empresa deverá apresentar documentos relativos à habilitação Jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

#### **1.1 – Relativos à Habilitação Jurídica**

**1.1.1** – Documento de constituição jurídica da empresa: Registro Comercial, Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, (consolidado e/ou acompanhado de todas as alterações posteriores), em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores.

**1.1.2** – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova da diretoria em exercício, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou em cartório de Registro de Títulos e Documentos.

#### **1.2 – Relativos à Regularidade Fiscal**

**1.2.1** – Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND).

**1.2.2** – Prova de regularidade relativa ao FGTS (CRF).

**1.2.3** – Prova de regularidade relativa à Fazenda Federal:

**1.2.3.1** – relativa aos Tributos Federais.

**1.2.3.2** – relativa à Dívida Ativa.

**1.2.4** – Prova de regularidade relativa à Fazenda Estadual.

**1.2.5** – Prova de regularidade relativa à Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa licitante.

**1.2.6** – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei nº 12.440/11).

**1.2.7** – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, as microempresas e empresas de pequeno porte terão prazo adicional de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da decisão do Pregoeiro que declarar a empresa vencedora do certame, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de certidão negativa.

#### **1.3 - Relativos à Qualificação Econômico-Financeira**

**1.3.1** – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa

situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

**1.3.1.1** - Os documentos devem estar registrados na Junta Comercial ou, em se tratando de sociedades civis, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou em cartório de Registro de Títulos e Documentos.

**1.3.1.2** - As empresas criadas no exercício em curso devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

**1.3.1.3** - A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível à longo prazo}}$$

**1.3.1.4** – Comprovação de capital social ou patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação (exigida somente no caso do licitante apresentar resultado igual ou inferior a 01 (um) nos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente ou Solvência Geral).

**1.3.2** – Certidão negativa de falência ou concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede (matriz) da empresa licitante nos últimos 90 (noventa) dias, contados da data designada no preâmbulo deste edital, ressalvada a hipótese em que conste a data de validade nesta certidão.

## **1.4 – Do cumprimento do disposto no inc. XXXIII do Art. 7º da Const. Federal**

**1.4.1** – Declaração da empresa licitante de que não emprega mão-de-obra infantil, nos moldes do Anexo IV deste Edital, devidamente assinada pelo representante legal.

## **2.0 – Demais disposições**

**2.1** – A empresa licitante, devidamente inscrita no SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), regulamentado pela Instrução Normativa MARE nº 05, de 21/07/1995 poderá deixar de apresentar os documentos exigidos nos subitens 1.2.1 a 1.2.5 e 1.3.1 deste anexo, que serão pesquisados por meio eletrônico.

**2.2** – Se algum documento exigido para a habilitação constar no SICAF com a validade exaurida ou com índice de liquidez igual ou inferior a 01 (um), deverá a empresa enviar a(s) respectiva(s) certidão(ões) atualizada(s) e o Balanço Patrimonial, juntamente com os demais documentos de habilitação.

**2.3** – A empresa que pretender a substituição prevista no item 2.1 deste anexo deverá apresentar declaração de inexistência de fato impeditivo da habilitação e de ciência da obrigatoriedade de declarar a superveniência de tais fatos, sob pena de inabilitação. (Anexo V).

**2.4** – Deve ser enviado juntamente com os documentos de habilitação comprovação que a pessoa física que assina as declarações referidas nos itens 1.4.1 e 2.3 deste anexo, está legalmente habilitada para representar a empresa licitante.

**2.5** – Todos os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados:

**2.5.1** – de forma legível e dentro do prazo de validade nele expresso (caso haja);

**2.5.2** – se fotocópia, autenticada ou acompanhada do documento original; exceto para os documentos cuja autenticidade possa ser conferida por meio eletrônico.

**2.5.2.1** – Caso haja problema operacional que impossibilite a verificação por meio eletrônico a autenticidade de algum documento, o pregoeiro diligenciará ulteriormente.

**2.6** – Caso a empresa licitante seja a matriz todos os documentos deverão estar em nome da matriz.

**2.6.1** – Se a licitante for uma filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial (exceto a certidão exigida no subitem 1.3.2 deste anexo).

**2.6.2** – Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**2.10** – Não serão aceitos “protocolos de entrega” em substituição aos documentos requeridos no presente edital.

**2.11** – A empresa enquadrada como Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Comp. nº 123/06, deverá apresentar a declaração constante no Anexo VI do edital, juntamente com os documentos que comprovem o seu enquadramento.

**2.12** – A falta de quaisquer dos documentos exigidos no edital, implicará inabilitação do licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, ressalvado o disposto no subitem 1.2.7.

## ANEXO III

### MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ (MF) nº \_\_\_\_\_, localizada \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, fone/fax \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, para fornecimento de 01 (um) termovisor portátil para este Regional, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas na Licitação – Pregão Eletrônico nº **Pre-19/12** – Proc. 041/2012, promovido pelo TRT 6ª Região.

ITEM	PRODUTO	Quant. total	Valor unitário	Valor Total
01	TERMOVISOR portátil para inspeções técnicas nos sistemas elétricos de alta e baixa tensão (subestações, grupos geradores, equipamentos de informática, sistemas de refrigeração (chiller, condicionadores de ar split e janela, elevadores, construção civil: infiltrações de águas)	01		

- **PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:** Conforme edital
- **PRAZO DE ENTREGA:** Conforme edital
- **PRAZO DE GARANTIA/VALIDADE:** conforme edital
- **DADOS CADASTRAIS BANCÁRIOS COMPLETOS:**
- **DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA:**
- **ENDEREÇO E NÚMEROS DE TELEFONE E FAC-SIMILE DO ESCRITÓRIO:**

**OBSERVAÇÃO:** 1) A empresa **licitante não deverá ser identificada** até a conclusão da fase de lances.  
2) Caso haja necessidade de inclusão de anexos no site do Banco do Brasil, por ocasião da apresentação da proposta, não poderá haver qualquer identificação da empresa licitante nos mesmos, caso contrário, ocorrerá a sua desclassificação. (subitens 7.4.1 e 8.3.1.5 do edital)

Local e data:

\_\_\_\_\_  
(nome do representante legal da empresa)  
(nº do RG do signatário ou outro documento equivalente)  
(nº do CPF do signatário)

## ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO TRT6 - Pr-e-19/12

Modelo da declaração, conforme decreto nº 4.358 (de 05/09/2002)

### DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Eletrônico - TRT6 nº Pr-e- 19/12 - Proc. TRT6 nº 041/2012

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ (órgão expedidor: \_\_\_\_\_) e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/1993), acrescido pela Lei 9.854/99), que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

**Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )**  
(Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

(local e data) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

(representante legal, assinatura) \_\_\_\_\_

**OBTERVAÇÃO:** Deve ser apresentado na habilitação documento que comprove que a pessoa física que assina as declarações acima descritas está legalmente habilitada para representar a empresa licitante.

## ANEXO V

### Modelo da declaração de inexistência de fato impeditivo da habilitação

#### DECLARAÇÃO

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ: \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legalmente habilitado para tal, o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade de nº \_\_\_\_\_ (órgão expedidor: \_\_\_\_\_) e do CPF nº \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, para fins de participação no procedimento licitatório Pregão nº **Pr-e- 19/12** – Proc. TRT6 nº 041/2012, que não existe fato impeditivo de sua habilitação ao certame, estando ciente da obrigação de declarar a superveniência de tais fatos.

(local e data) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

(assinatura do representante legal) \_\_\_\_\_

**OBSERVAÇÃO:** Deve ser apresentado na habilitação documento que comprove que a pessoa física que assina a declaração acima está legalmente habilitada para representar a empresa licitante.

## ANEXO VI

### MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ref. nº **Pr-e- 19/12** – Proc. TRT6 nº 041/2012

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ (órgão expedidor: \_\_\_\_\_) e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins legais, ser microempresa / Empresa de pequeno porte, nos termos da legislação vigente.

(local e data) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(representante legal, assinatura)